

Lydia Walker, *States-in-Waiting: A counternarrative of Global Decolonization*, Cambridge, Cambridge University Press, 2025, 304 p., ISBN 978-1-009-30584-6.

Lydia Walker, Professora Assistente de História Militar Global na Universidade Estadual de Ohio, é especialista em história internacional da descolonização e da Guerra Fria. O escopo da sua investigação centra-se na relação entre movimentos nacionalistas e as respetivas redes de defesa transnacionais, no âmbito da construção de Estados pós-coloniais, sobretudo no Sul da Ásia e da África, e é precisamente neste universo de interesses que surge a sua obra *States-in-Waiting: A counternarrative of Global Decolonization*. O livro, partindo do *modus operandi* do sistema internacional edificado após a Segunda Guerra Mundial e da atuação de atores não-governamentais envolvidos em redes transnacionais, oferece uma perspetiva que rompe com a ideia da descolonização como um processo unidirecional e progressivo de autodeterminação, tendente à libertação nacional e à criação de Estados pós-coloniais. Para ilustrar o seu argumento, a autora debruça-se sobre geografias e zonas de influência que atravessam os continentes africano – Zâmbia e Namíbia – e asiático – Índia e China –, destacando as interseções políticas resultantes da ligação estabelecida entre populações marginalizadas nesses espaços e os seus defensores transnacionais, numa cronologia focada, sobretudo, nas décadas de 1950 e 1960.

A obra organiza-se em três partes distintas que, nunca abdicando do palco transnacional em que circulavam os líderes de movimentos nacionalistas, colocam em evidência diferentes facetas da relação entre as pretensões independentistas, as organizações não-governamentais que lhes ofereciam apoio e voz e a Organização das Nações Unidas (ONU), a única instância internacional com legitimidade política para se pronunciar sobre questões de soberania e autodeterminação. Assim, a Parte I, “Nationalist claims-making”, com dois capítulos, traça o percurso do nacionalismo Naga, desde a Segunda Guerra Mundial, até à sua simbólica declaração de independência a 14 de agosto de 1947, um dia antes da independência da Índia. Por outro lado, também é gizado o trajeto de Angami Zapu Phizo, líder do movimento nacionalista Naga, até ao seu envolvimento, em 1960, com Michael Scott, ativista pela justiça racial e libertação de África, porta-voz das aspirações nacionalistas do antigo Sudoeste Africano (Namíbia) e futuro membro da World Peace Brigade. Neste contexto são realçados os papéis de outros líderes nacionalistas, dos seus interlocutores na cena internacional, bem como os contenciosos, explícitos ou implícitos, das relações entre ativistas anticoloniais ocidentais e ativistas provenientes da Índia.

A Parte II, “International Advocacy”, com três capítulos, retrata a fundação, em 1962, da World Peace Brigade, uma organização não-governamental focada no apoio de lutas anticoloniais através de meios não violentos, composta por indivíduos de diversos movimentos de libertação, desarmamento, direitos humanos e direitos civis de todo o mundo. Neste quadro, são destacados os principais projetos inscritos na sua missão, bem como as divisões internas que minaram a sua eficiência. Assim, é descrito como a organização não-governamental, através do “Africa Freedom Action Project”, almejou, infrutiferamente, tornar a capital da Tanzânia, Dar es Salaam – “Morada da Paz” em árabe –, no símbolo do anti-Argélia¹, isto é, um centro de comando destinado à formação de movimentos de libertação nacional pacíficos, anticomunistas e antiapartheid, por oposição ao violento processo de descolonização argelino. Para além do alcance do “Africa Freedom Action Project”, também é abordada a secessão do Katanga, na República Democrática do Congo, apresentada como um exemplo de nacionalismo considerado ilegítimo e neoimperial resultante de ligações a interesses mineiros Ocidentais e, simultaneamente, como um caso paradigmático do falhanço associado a descolonizações politicamente desalinhadas com o funcionamento e ordem vigente do sistema internacional. Noutro registo, a análise das reivindicações independentistas no Sudoeste Africano/Namíbia sublinha as dinâmicas de cooperação entre ativistas transnacionais, nacionalistas e empresas, frequentemente contraditórias e sempre norteadas por um sentido pragmático de autoconservação das partes.

Por fim, a Parte III, “The Boundaries of Decolonization”, com dois capítulos, enfatiza o segundo grande projeto da World Peace Brigade, a “Delhi-to-Peking Friendship March”, também ele com um impacto reduzido. Esta iniciativa, delineada para mediatizar a descolonização, constituiu um exemplo das contradições que surgiram entre a defesa transnacional e as reivindicações nacionalistas em nome dos Estados-em-Espera². A discordância manifestada por alguns elementos da Brigada sobre a composição de uma iniciativa declaradamente apolítica e pacifista, questionando a pertinência de se integrarem líderes associados a determinados movimentos independentistas, é especialmente revelante para compreender os limites da ação transnacional na construção de soluções pós-coloniais. Na sequência da interrupção forçada da marcha e no âmbito de uma missão de paz entre os nacionalistas Naga, interlocutores transnacionais e o governo Indiano, o último capítulo detalha

¹ Expressão citada e utilizada por Lydia Walker.

² Nomenclatura de Lydia Walker.

como essas negociações decorreram e, sobretudo, a complexidade inerente à definição de soberania “nacional” e “não nacional”.

States-in-Waiting ilustra como as comunidades com aspirações independentistas que correspondiam a “subunidades” integradas nos antigos sistemas coloniais são vítimas da arbitrariedade dos novos Estados pós-coloniais e da ordem internacional salvaguardada pela ONU. Lydia Walker demonstra que, por um lado, a ordem pós-colonial emergente nas décadas de 1950 e 1960 receava que os movimentos nacionalistas desintegrassem a unidade territorial herdada dos antigos impérios e, por outro, que o funcionamento do sistema internacional, assente num modelo concebido por e para os Estados, não pode responder a anseios nacionalistas fora dessa matriz. Os dirigentes destes movimentos autonómicos, conscientes desta realidade, procuraram capitalizar a sua posição recorrendo à única alternativa viável: as redes transnacionais não-governamentais alinhadas com os seus objetivos. Não obstante, a autora defende que estas, embora fossem interlocutoras privilegiadas entre governos pós-coloniais, líderes nacionalistas e ONU e evidenciassem potencial para projetar reivindicações independentistas ao público numa escala global, em última instância, não escapavam às contingências intrínsecas do sistema internacional. Em termos concretos, independentemente da justiça das causas que defendia, não dependia da World Peace Brigade o reconhecimento dos povos com legitimidade para reclamar direito à autodeterminação, nem tão pouco a concessão de soberania política.

De facto, a ausência de autoridade política é um fator decisivo para se analisar os parcos resultados da Brigada, porém, o seu próprio funcionamento não pode ser negligenciado. A World Peace Brigade dependeu largamente do prestígio político e social de certos membros – nomeadamente Michael Scott e Jayaprakash Narayan³ –, priorizando os indivíduos como os veiculadores da mudança política. Na ótica da liderança, esta opção salvaguardava o seu estatuto apolítico e a sua neutralidade no âmbito das relações internacionais, permitindo-lhe mediar posição conflitantes, porém, Lydia Walker explica que esta abordagem, de forma contraditória, acabava por realçar o estatuto moral dos seus membros em detrimento das causas de abraçava. Além disso, a autora demonstra como a organização estava minada por divisões internas, impossibilitando uma visão unificada no seio da Brigada, constituindo-se iminentemente como uma amálgama de alianças unida por questões circunstanciais. Este aspeto, aliás, era profundamente penalizador porque a organização era apenas um elemento numa vastidão de atores estatais e não-estatais – inclusive empresas

³ Natural da Índia, foi um teórico e ativista da descolonização que foi cofundador da World Peace Brigade e um dos seus principais dirigentes.

e organizações desenvolvimentistas – que concorriam para a modelação da descolonização, num contexto internacional pautado por esferas de influência associadas à Guerra Fria.

Por fim, Walker realça um último aspeto que considero ser determinante para o entendimento das fragilidades da agência transnacional não-governamental, em particular da World Peace Brigade: embora os seus protagonistas não assegurassem técnicos especializados em matérias económicas, financeiras e de administração públicas imprescindíveis à fundação de aparelhos de Estado, podiam, contudo, conectar os nacionalistas anticoloniais a entidades com o poder de mobilizar capital, económico e político, para esse efeito. Esta aparente potencialidade traduzia-se, na prática, num esvaziamento da capacidade dos agentes transnacionais não-governamentais influenciarem a longo-prazo o destino daqueles que defendiam. Kenneth Kaunda, dirigente do “United National Independence Party” (UNIP) e figura proeminente na independência da Rodésia do Norte (Zâmbia), ilustra cabalmente esta limitação.

Kaunda configurava, na década de 1960, o protótipo do anticolonialismo pacifista, não comunista e foi um dos poucos líderes nacionalistas africanos envolvido ativamente no “Africa Freedom Action Project”, propondo-se, inclusive, a participar numa marcha pacífica de Mbeya (na fronteira entre o Tanganica e a Rodésia do Norte) até à Rodésia do Norte que visava sensibilizar o mundo para a independência da Zâmbia. Esta iniciativa seria o mote para a convocação de uma greve geral de seis meses que Kaunda planeava lançar contra o Estado colonial britânico, pressionando-o a acelerar a sua eventual retirada do território. O líder da UNIP beneficiou bastante da rede de contactos que esta plataforma criou e do mediatismo internacional que ela proporcionou, mas, paradoxalmente, foi graças ao reforço da sua posição que Kenneth Kaunda se acabou por afastar do projeto. No momento em que a UNIP conquistou força eleitoral para formar um governo de coligação, usufruindo de autoridade política, a possibilidade de negociar a transição para a independência diretamente com o Reino Unido tornava a World Peace Brigade dispensável. Ao longo da obra, em diversos casos, esta constatação torna-se evidente: o alcance da ação transnacional está inexoravelmente condicionado pela natureza “estadocêntrica” do sistema internacional.

States-in-Waiting trata-se de um estudo alicerçado num extraordinário conjunto de fontes e bibliografia, debruçando-se sobre espaços e atores menosprezados pela historiografia da descolonização, consubstancia uma reflexão fundamental sobre a multiplicidade de atores e condicionantes que concorrem, direta e indiretamente, para os processos de descolonização e construção de Estados pós-coloniais. Lydia Walker alerta-nos para as questões

transversais que pairam sobre as reivindicações nacionalistas: quais são os povos com legítimas pretensões à autodeterminação? Que processos, fóruns e relações de poder determinam esta legitimidade no âmbito do reconhecimento internacional? Nas palavras da autora:

Embora a temporalidade estruture o contexto e a linguagem das reivindicações que permanecem como Estados-em-Espera, as próprias questões persistem ao longo de décadas (ou mesmo séculos), geografias e regimes políticos. (...) Muitas das mesmas reivindicações nacionalistas assumiram novas formas, utilizaram diferentes modos de discurso político, mas ainda assim suscitaram as mesmas questões (...) (p. 239-240)⁴.

States-in-Waiting, ao percorrer estas problemáticas, fornece um exemplo brilhante de como a história da descolonização pode ser desenvolvida de forma inovadora, numa perspetiva transnacional, seguindo os trajetos de indivíduos, de organizações não-governamentais e/ou de empresas, descortinando a importância dos entrelaçamentos estabelecidos entre estes, numa escala que flutua entre os níveis sub e supra estatal. Não obstante, teria sido interessante analisar e comparar o percurso de outros agentes não-governamentais, individuais e/ou coletivos, com expressão transnacional e objetivos idênticos à World Peace Brigade. Este exercício teria o benefício de fortalecer a crítica subjacente ao funcionamento do sistema internacional inaugurado após 1945 e, sobretudo, contribuiria para realçar o potencial transformador das redes transnacionais não-governamentais, sem prejuízo do reconhecimento que o alcance destas é contingencial e dependente das arbitrariedades governamentais, nos planos nacional e internacional.

Bernardo de Almeida Henriques
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
bernardodealmeidahenriques@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6480-0443>

⁴ Tradução do autor.

